

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 633

Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial

Carlos Américo Pacheco

Brasília, março de 1999

ISSN 1415-4765

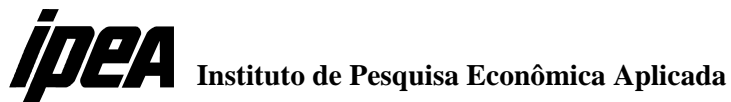
TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 633

Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial

*Carlos Américo Pacheco**

Brasília, março de 1999

* *Professor e coordenador do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) do Instituto de Economia da UNICAMP.*



Presidente

Roberto Borges Martins

DIRETORIA

Eustáquio J. Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

O IPEA é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 105 exemplares

COORDENAÇÃO DO EDITORIAL

Brasília – DF:

SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10^o andar

CEP 70076-900

Fone: (061) 315 5374 – Fax: (061) 315 5314

Home Page: <http://www.ipea.gov.br>

E-Mail: editbsb@ipea.gov.br

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14^o andar

CEP 20020-010

Fone: (021) 212 1140 – Fax: (021) 220 5533

E-Mail: editrj@ipea.gov.br

SUMÁRIO

SINOPSE

1	INTRODUÇÃO	5
2	A DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA RECENTE: OS INDICADORES DO VTI E DA PRODUÇÃO FÍSICA	7
3	A DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA RECENTE: OS INDICADORES DO EMPREGO INDUSTRIAL	18
4	A TENDÊNCIA DOS NOVOS INVESTIMENTOS	28
5	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NOVOS DETERMINANTES DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL	33
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

SINOPSE

Este texto examina a dinâmica regional do investimento industrial no Brasil. Analisando-se a participação no VTI, na produção física, e os indicadores recentes de emprego, observa-se perda de participação do Rio de Janeiro e de São Paulo. As mudanças mostram sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, em que uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas deve ser acompanhada pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de *ilhas* de produtividade em quase todas as regiões, o crescimento relativo maior das *antigas periferias* nacionais e importância maior do conjunto das *idades médias* perante as áreas metropolitanas. As tendências indicam certa continuidade da desconcentração em direção ao interior de São Paulo e aos principais estados do Sul e do Sudeste e, até mesmo, para o Nordeste, no caso das indústrias intensivas em mão-de-obra. Contudo, a configuração de novos padrões locais não será um processo uniforme para o conjunto da indústria, devendo, ao contrário, assistir-se a desempenhos setorialmente muito distintos. Com isso, não se deve esperar a definição de uma tendência clara e geral na direção da reaglomeração, da mesma forma que não se deve contar com fortes movimentos de desconcentração.

1 INTRODUÇÃO

Um exame preliminar da dimensão regional do investimento industrial recente parece mostrar a emergência de um conjunto de alterações significativas no padrão de localização da atividade produtiva. Atenção especial tem sido dada ao que parece ser uma certa desconcentração relativa dos investimentos no setor de bens duráveis, especialmente na automobilística, bem como em alguns gêneros de bens saláris, com destaque para segmentos em que o dispêndio com mão-de-obra ainda se mostra relevante no custo de produção, tais como calçados, têxtil e vestuário. Motivados por essa aparente desconcentração, vários estados e municípios têm-se lançado em programas arrojados de atração de investimentos, utilizando-se de ampla gama de incentivos e de algumas iniciativas localizadas voltadas à geração de externalidades favoráveis a esses novos investimentos. Apesar de os diversos *rounds* da guerra fiscal tenderem a igualar o nível de benefícios concedidos pelos diversos estados envolvidos, ao mesmo tempo em que se amplia a renúncia fiscal, é inegável que a maior agressividade das unidades da Federação menos industrializadas reforça ainda mais essa trajetória de desconcentração.

Em paralelo, e ao contrário dessas tendências, também se identifica um processo de concentração regional dos investimentos em setores com grande potencial de crescimento, como telecomunicações e informática — nesse último segmento, muito em função de a sistemática do processo produtivo básico equalizar os incentivos para o conjunto do país. De forma análoga, os impactos diretos do programa de privatização ampliam o peso das áreas mais industrializadas do país, tanto por intermédio da racionalização das atividades das empresas privatizadas quanto — no limite — pelo fechamento de antigas plantas situadas em regiões menos desenvolvidas. Nessa mesma direção coloca-se a importância crescente que algumas externalidades novas assumem na determinação da competitividade industrial, a exemplo da proximidade com fornecedores ou da existência de serviços especializados de apoio à atividade produtiva, o que, evidentemente, favorece as áreas mais intensamente industrializadas.

Ainda que o resultado global dessas transformações seja de difícil aferição, pode-se argumentar que está em curso sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, em que uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas deve ser acompanhada pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de *ilhas* de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das *antigas periferias* nacionais e importância maior do conjunto das *idades médias* perante as áreas metropolitanas.

De todas essas observações iniciais, resulta nítido que a configuração de novos padrões locacionais não será um processo uniforme para o conjunto da indústria, devendo, ao contrário, assistir-se a desempenhos setorialmente muito distintos. Com isso, não se deve esperar a definição de uma tendência clara e geral na direção da reaglomeração, da mesma forma que não se deve contar com fortes movimentos de desconcentração.

Uma avaliação completa desse panorama é ainda mais difícil pelo fato de os fenômenos em curso estarem marcados pela emergência de um quadro econômico muito distinto daquele que prevalecia no país até a última década. Desde logo, o menor peso direto do Estado no investimento produtivo, a abertura econômica, a própria estabilização e a implementação do MERCOSUL têm, cada um a seu modo, impactos nada desprezíveis na configuração regional da indústria brasileira. É absolutamente relevante, também, que se considerem as conseqüências das mudanças em curso na economia internacional, quer no aspecto de as estratégias das grandes empresas estrangeiras serem formuladas em termos mundiais, mas em inserções produtivas localizadas regionalmente, quer quanto ao fato de o movimento das grandes empresas acelerar os processos de reestruturação produtiva, com uma série de implicações sobre os padrões de localização da atividade industrial.

O objetivo maior deste documento é exatamente indicar as tendências regionais recentes da atividade industrial, buscando caracterizar os setores que apresentam padrões locacionais dos investimentos mais nítidos. Evidentemente, esse objetivo central pressupõe uma avaliação dos principais determinantes desses processos. Assim, este documento procura dar uma visão geral acerca da dinâmica espacial recente da indústria e dos principais problemas colocados para o futuro próximo, de forma a subsidiar a investigação sobre essa questão. O texto está organizado em quatro capítulos, além da introdução, a saber:

- a)* exame das informações recentes sobre a distribuição regional dos dados da produção industrial;
- b)* exame das informações sobre a distribuição regional recente do emprego industrial;
- c)* exame das informações mais recentes sobre as intenções regionalizadas de investimentos na indústria; e
- d)* apanhado geral dos determinantes da desconcentração produtiva da indústria e das tendências desse processo.

2 A DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA RECENTE: OS INDICADORES DO VTI E DA PRODUÇÃO FÍSICA

2.1 A Desconcentração do Período de 1970 a 1985

A desconcentração espacial da industrial brasileira é um processo bem conhecido: entre 1970 e 1985, a participação de São Paulo no VTI da indústria de transformação caiu de 57,6% para 51,9%, ao mesmo tempo em que a participação do Rio de Janeiro passou de 15,6% para 9,5% (ver tabela 1). Mesmo que as razões da perda de participação do Rio de Janeiro e de São Paulo fossem de natureza distinta, é interessante ter-se em vista a grandeza desses dois números. O produto industrial brasileiro era, em 1985, cerca de 2,3 vezes maior que o de 1970. No início desse período, São Paulo e Rio de Janeiro respondiam por 73,2% do VTI industrial, mas, considerando-se a perda de participação relativa dos dois estados, que em 1985 representavam 61,4% do VTI nacional, pode-se deduzir que cerca da metade dos investimentos implementados entre 1970 e 1985 ocorreu em outras unidades da Federação.¹ Se o mesmo raciocínio fosse feito para o agregado Rio de Janeiro mais Área Metropolitana de São Paulo, os resultados seriam ainda mais expressivos. Somadas, essas áreas representavam 59% do VTI em 1970, e apenas 39% em 1985. Perderam 20% de participação no VTI nacional, o que significa que, entre 1970 e 1985, cerca de 75% de todo o acréscimo do produto industrial brasileiro ocorreu fora dessas duas áreas geográficas.²

Um exame dos dados dos censos industriais agregados segundo grandes categorias de uso – VTI dos gêneros segundo a natureza predominante da demanda final: bens de consumo não duráveis, bens intermediários e bens de capital e de consumo duráveis – mostra que, ao menos até 1985, essa desconcentração envolveu praticamente todos os segmentos da indústria (ver tabela 2). Num certo sentido, examinando-se as participações das unidades da Federação, pode-se mesmo argumentar que, em termos macrossetoriais, foi a indústria de bens saláris, majoritariamente voltada para o mercado interno, aquela que, em termos relativos, mais se desconcentrou nesses quinze anos.

¹ Essa é uma aproximação que revela apenas as tendências mais gerais do investimento. Para ser absolutamente correta, essa inferência deveria levar em conta as diferentes relações capital/produto existentes e os distintos níveis de utilização da capacidade instalada da indústria dessas regiões. De qualquer forma, revela o essencial: o extraordinário aumento da produção corrente e, portanto, da capacidade instalada fora do eixo Rio — São Paulo.

² Essa síntese apóia-se na tese de doutorado do autor [Pacheco, 1996].

TABELA 1
Distribuição Espacial do VTI da Indústria de Transformação (1970-1985) e
Estimativa¹ da Distribuição do Produto Industrial (1989/1997)
Brasil, Unidades da Federação e Regiões Seleccionadas — 1970 a 1997

	(Em porcentagem)						
	1970	1975	1980	1985	1989	1993	1997 ²
Nordeste (menos BA e PE)	2,2	2,1	2,5	2,9	2,6	2,7	2,8
Bahia	1,5	2,0	3,1	3,8	3,7	3,8	3,7
Pernambuco	2,0	2,2	1,9	1,9	1,7	1,5	1,2
Minas Gerais	6,4	6,3	7,7	8,3	8,2	8,7	9,2
Rio de Janeiro	15,6	13,5	10,2	9,5	10,3	9,3	7,8
São Paulo	57,6	55,7	54,4	51,9	50,2	49,5	49,1
Grande São Paulo ³	43,0	38,7	34,1	29,4	28,4	26,4	25,8
Interior de São Paulo ³	14,6	17,1	20,2	22,5	21,8	23,1	23,4
Paraná	3,0	4,0	4,1	4,9	5,3	5,8	5,7
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9	4,1	4,3	4,6
Rio Grande do Sul	6,3	7,6	7,7	7,9	7,8	8,7	8,2
Outras regiões ⁴	2,6	3,3	4,5	5,1	6,1	5,6	7,6
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, Censos Industriais de 1970, 1975, 1980, 1985; FIBGE, PIM/PF de 1985 a 1997; Valor Adicionado Fiscal da Secretaria da Fazenda de São Paulo, 1985 a 1995.

Notas: ¹Estimativa da distribuição regional do produto industrial de 1986 a 1997, realizada a partir da evolução dos índices da produção física (PIM/PF) do período 1985 a 1997 e da participação no VTI nacional de 1985.

²Para 1997, dados médios anuais da PIM do período janeiro/novembro.

³Participação no VTI de 1986 a 1997, estimada a partir do Valor Adicionado Fiscal de cada ano; distribuição de 1997 segundo participação de 1995.

⁴A partir de 1985, resíduo da diferença Brasil menos Sul, Nordeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

TABELA 2
Distribuição Espacial do VTI da Indústria de Transformação
Segundo Principais Categorias de Uso (Brasil = 100,0)
Brasil, Unidades da Federação e Regiões Seleccionadas — 1970 a 1985

	Norte	Nordeste	Sul	Centro-Oeste	São Paulo	R.Metro. S. Paulo	Interior S. Paulo	M. Gerais E. Santo	Rio de Janeiro
1970									
Grupo I	1,0	8,4	13,5	1,3	52,9	35,3	17,6	6,4	16,6
Grupo II	1,0	5,4	13,6	0,6	53,2	39,2	14,1	9,9	16,3
Grupo III	0,2	1,5	6,6	0,2	75,6	65,5	10,1	3,0	12,9
1975									
Grupo I	1,5	9,7	17,0	1,5	47,7	31,3	16,5	7,0	15,5
Grupo II	1,0	6,5	15,9	1,1	53,4	35,5	17,9	8,8	13,2
Grupo III	1,5	2,6	10,2	0,3	70,4	53,8	16,6	3,8	11,1
1980									
Grupo I	1,7	10,7	20,5	1,9	45,8	29,2	16,6	7,8	11,6
Grupo II	1,7	9,2	16,7	1,2	50,5	28,1	22,4	10,8	9,9
Grupo III	4,4	2,5	9,4	0,3	66,7	48,7	17,9	6,1	10,6
1985									
Grupo I	1,6	11,7	23,9	2,1	43,2	23,3	19,9	8,1	9,4
Grupo II	1,6	9,9	14,4	1,4	49,4	25,3	24,1	12,9	10,3
Grupo III	5,0	2,9	11,8	0,4	66,5	43,5	23,0	5,4	8,0

Fonte: FIBGE, Censos Industriais de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Obs: Grupo I — indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis; Grupo II — indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários; Grupo III — indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e consumo duráveis.

Nas indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis (grupo I), houve sensível queda da participação de São Paulo e do Rio de Janeiro, que, em conjunto, passaram de 69,5% para 52,6% do correspondente VTI nacional. As maiores reduções ocorreram no ramo de fumo, com avanço das indústrias gaúcha, catarinense e mineira; no de têxtil e em vestuários e calçados, a favor das indústrias gaúcha, catarinense e do Nordeste; no de mobiliário e produtos alimentares, a favor dos três estados do Sul; e no segmento de bebidas, em que os maiores crescimentos foram novamente do Sul e das regiões Norte e Centro-Oeste.³ Essas variações relativas – decréscimo de 16,9 pontos percentuais para o agregado São Paulo e Rio de Janeiro, com aumento de 10,4 para o Sul, 3,3 para o Nordeste, e 1,7 para Minas Gerais – são essencialmente o resultado de um crescimento intenso da indústria de bens saláriais fora do eixo Rio — São Paulo, com seu VTI tendo-se multiplicado por 4,1 em termos reais, entre 1970 e 1985.⁴ Como ocorre para praticamente todos os ramos, não há traslado físico da capacidade produtiva instalada nos estados mais industrializados, que, ao contrário, também cresceram, ainda que em ritmo bem menor.⁵

No grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários (grupo II), a queda na participação relativa de São Paulo e Rio de Janeiro foi um pouco menor, 69,5% para 59,8%, e deveu-se, sobretudo, à redução do peso da indústria fluminense.⁶ Aqui se inclui uma série de segmentos beneficiados com os investimentos do II PND, a maioria voltada para a base de recursos naturais e que passaria a responder por um percentual elevado das exportações de várias regiões. É o caso do ramo de papel e celulose, que avançou muito no Espírito Santo e Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; da indústria de plásticos, com crescimento expressivo da participação do Sul do país, Nordeste e Minas Gerais; do ramo de couros, em que se destacam o Rio Grande do Sul e o Nordeste; da transformação mineral, que cresceu em praticamente todas as regiões brasileiras, inclusive no Centro-Oeste e no Norte; da química, em que o estado da Bahia ganha 7,2

³ A grande expansão da indústria têxtil nordestina data do período 1970-75, quando é responsável por quase um terço do aumento do VTI nacional. Fato similar ocorre com a indústria de vestuário e calçados do Sul, que responde por cerca da metade do aumento do VTI nacional entre 1970 e 1980.

⁴ No mesmo período, o VTI da indústria de bens de consumo não duráveis de São Paulo e do Rio de Janeiro multiplicou-se por 2,1 em termos reais.

⁵ Um dos raros casos de deslocamento de empresas foi o traslado do segmento de áudio e vídeo de São Paulo para Manaus. Outro caso relevante é o deslocamento que as plantas de esmagamento de soja fazem em direção à fronteira agrícola.

⁶ Como um todo, a indústria de bens intermediários paulista perdeu apenas 3,8 pontos percentuais nestes 15 anos, resultado da menor desconcentração da química, que foi um dos ramos de maior crescimento no período. O excepcional desempenho dessa indústria no restante do país (exclusive SP e RJ), que, em função sobretudo do pólo petroquímico da Bahia, multiplicou por 9,7 seu VTI real, foi contrabalançado por um elevado crescimento em São Paulo (VTI 5,9 vezes maior), decorrente da instalação de duas refinarias de grande porte e do Pró-Álcool.

pontos percentuais no conjunto da produção brasileira, sendo seguido por Paraná e Minas Gerais; e da metalurgia, em que o programa siderúrgico fez ampliar a participação de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.⁷ Como um todo, a queda de 10 pontos percentuais do Rio de Janeiro e de São Paulo foi uma decorrência das maiores taxas de crescimento de todas as regiões brasileiras, em especial de Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

A redução do peso paulista e do fluminense na indústria predominantemente produtora de bens de capital e de consumo durável (grupo III) foi ligeiramente inferior às demais, mantendo-se, além disso, uma acentuada concentração nesses dois estados: em 1970, detinham 88,5% do VTI desse grupo, passando para 74,5% em 1985.⁸ Há aqui três situações distintas, que refletem as especializações regionais. O ramo de material elétrico e de comunicações perdeu posição em favor da região Norte, graças à Zona Franca de Manaus, e do estado do Paraná.⁹ Em material de transportes, os maiores aumentos na participação relativa foram de Minas Gerais e Paraná, a partir dos investimentos da Fiat, Volvo e Ford nesses estados, e na Zona Franca de Manaus, no segmento de motocicletas. A mecânica perdeu espaço especialmente para o Sul do país; novamente, todas as regiões apresentaram crescimento superior à média de São Paulo e Rio de Janeiro, com ganhos elevados para o Sul (5,2 pontos percentuais) e Norte (4,8).

Em síntese, até 1985 havia tendência clara à desconcentração, em que se evidenciavam tanto certas especializações regionais quanto maior dispersão da indústria de bens de consumo leve. Ainda assim, é preciso notar que continuavam concentrados em São Paulo os mais dinâmicos segmentos da indústria, que se encaixavam com toda a estrutura industrial do estado e com a maior parte das indústrias regionais. Além disso, é preciso salientar que, em paralelo à desconcentração da indústria em curso no país, também assistia-se, em São Paulo, a um processo de rearranjo espacial interno dos padrões de localização industrial.¹⁰

De fato, ocorreu no espaço paulista um acentuado processo de desconcentração da indústria, de tal forma que a participação da Grande São Paulo no VTI estadual declinou de 74,7% para 56,6%, no período 1970-85. O resultado foi a ampliação da participação do interior no VTI nacional, que passou de 14,6% para 22,5%, entre 1975 e 1985; em outras palavras, consolida-se o segundo maior aglomerado industrial do país, atrás apenas da Grande São Paulo. É o que se batizou de *interi-*

⁷ Entre 1975 e 1980, cerca de um quarto do aumento do VTI nacional da indústria química é localizado no Nordeste, quase um quinto no sul do país, e aproximadamente 45% no interior de São Paulo. No mesmo período, um quarto do crescimento da produção de papel e papelão é concentrado em Minas Gerais e Espírito Santo.

⁸ Nesse caso, quem mais perde participação é São Paulo, o que é decorrência exclusiva de o estado concentrar três quartos da produção em 1970.

⁹ A grande expansão da Zona Franca de Manaus ocorre entre 1975 e 1980, quando é responsável por um quarto do acréscimo nacional do VTI de material elétrico e comunicações.

¹⁰ Acerca da *interiorização* do desenvolvimento industrial de São Paulo, ver Negri (1996).

orização da indústria paulista, com fortes desdobramentos nas regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos. Esse processo foi determinado por um conjunto relativamente amplo de fatores, dos quais convém destacar o desempenho da agroindústria, com o progressivo aumento das exportações de produtos dos complexos soja, café, laranja, carne; o Pró-Álcool, uma vez que São Paulo responde por dois terços da produção nacional de álcool e concentra a maior parte da indústria produtora de equipamentos; os investimentos federais em siderurgia e refino de petróleo; a concentração de vários centros de pesquisas no interior de São Paulo; as políticas estaduais de interiorização da indústria e de atração por parte dos municípios, com elevados investimentos em infraestrutura; as restrições ambientais e o fortalecimento das atividades sindicais na Grande São Paulo, aliados ao surgimento de *deseconomias de aglomeração*, que inibiam novos investimentos na metrópole e tornavam o interior mais atrativo para novas indústrias ou ampliações. A própria densidade urbano-industrial prévia do interior foi um grande estímulo a manter, no estado, parte considerável dos novos investimentos privados.

O exame dos determinantes dessa interiorização e da desconcentração em favor do restante do país revela, em ambos os casos, acentuado peso para as decisões de política econômica, ou de investimentos a elas associados, tomadas na segunda metade dos anos 70. Muitos desses investimentos, em particular as metas mais ambiciosas do II PND, acabaram sendo revistos e dilatados no tempo, o que favoreceu a continuidade desses processos na primeira metade da década de 80. Se as informações disponíveis mostram que a desconcentração ainda se fez presente na segunda metade da década de 80, é conveniente ter em vista que esse processo mostrou-se bem menos intenso que no período 1970/1980, suscitando inclusive teses de que esse processo teria se esgotado e de que estaríamos prestes a presenciar uma reaglomeração espacial da atividade industrial.

2.2 A Desconcentração Industrial Pós-1985: 1985/1997

As dificuldades na avaliação das mudanças espaciais da atividade industrial após 1985 não são poucas. Guimarães Neto (1997) chega a afirmar que “nos anos da segunda metade da década de 80 e da primeira metade dos anos 90, as informações disponíveis não permitem que se conclua nem pela continuidade da desconcentração nem pela presença de um processo de reconcentração”. De fato, a inexistência de informações censitárias atualizadas para a indústria de transformação, exatamente daquele que seria o instrumento central para avaliações da dinâmica regional, obriga a que se considerem estatísticas alternativas, nem sempre as mais adequadas para apreender os fenômenos em questão. Aliada aos fatos de que as mudanças regionais foram bem menos significativas e de o investimento ter sido sensivelmente menor, ao menos até 1993, essa precariedade dos dados alimenta uma série de controvérsias em torno das tendências do investimento.

Alguns autores, muitas vezes influenciados pela literatura internacional acerca dos efeitos espaciais dos processos de reestruturação produtiva, chegam a considerar as hipóteses de reaglomeração da atividade industrial ou de bloqueio da desconcentração, como se deduz da periodização proposta por Cano (1997): 1970 a 1985 — auge da desconcentração; 1985 a 1995 — inflexão no processo de desconcentração.¹¹ Outros identificam limites claros para a desconcentração, circunscrevendo-a ao entorno da economia paulista: Sul, Sudeste e o interior de São Paulo, ao estilo do desenvolvimento poligonal proposto por Clélio Campolina Diniz.¹²

É conveniente, portanto, examinar com bastante cautela os números disponíveis. Sobretudo examiná-los de forma desagregada, de maneira inclusive a detectar se há — como se afirma na seqüência — um comportamento setorial distinto, com tendências diferenciadas de desconcentração mais ampla, para a indústria de bens salários, de desconcentração concentrada, para a indústria de bens duráveis, de relativo bloqueio em setores ou com baixo nível de investimento ou com padrões locacionais já bem definidos, como também casos de reaglomeração, sobretudo em segmentos com maior densidade tecnológica.

Para tanto, convém primeiro lembrar que a principal característica dos anos 80 e do início dos 90 foram a instabilidade e o baixo crescimento, num quadro econômico muito distinto do da década de 70. Assim, as análises acerca das mudanças no peso relativo de cada região no total do VTI nacional normalmente encobrem o fato de as taxas reais de crescimento dos anos 70 e no pós-80 terem sido muito diferentes. De fato, a característica que melhor distingue esses dois períodos, e que é fundamental para esta análise, refere-se ao fato de que, nos anos 70, a indústria brasileira cresceu significativamente, ampliando a capacidade produtiva e patrocinando uma forte desconcentração espacial em decorrência da localização dos novos estabelecimentos industriais.

Os índices do produto real apresentados na tabela 3 a seguir são muito claros: enquanto o produto real da indústria de transformação era, em 1985, cerca de 2,3 vezes maior do que em 1970 (resultado do crescimento do período 1970 a 1980), em 1997, representava apenas 1,2 vez o produto de 1985 (resultado líquido da retração 1990-92 e de pequeno crescimento da produção física nos demais anos, especialmente após 1994). De 1985 a 1993, muitos gêneros industriais apresentam índices de produto real nulos ou negativos. Com exceção de alguns poucos, gran-

¹¹ Nesse texto, Cano indica as dificuldades metodológicas de se analisar esse movimento após 1985, e fala de um comportamento contraditório, com determinantes que favorecem a desconcentração, e outros que apontam na direção oposta. De qualquer forma, conclui indicando: “Por pequena que seja a diferença entre esses números, revela não só a inflexão do processo de desconcentração como também, talvez, o início de uma ‘suave’ reconcentração, justamente a partir da intensificação da política de abertura comercial” [Cano, *op. cit.*, p. 121].

¹² A formulação original dessa tese encontra-se em Diniz (1993). Uma atualização desse trabalho pode ser encontrada em Diniz e Crocco (1996).

de parte dos gêneros da indústria de transformação apresenta desempenho medíocre para a produção corrente.

TABELA 3
Índices do Produto Real da Indústria — Produção Física dos Principais Gêneros
Brasil: 1985 a 1997

	Base 1970 = 100,0			Base 1985 = 100,0			
	1970	1980	1985	1985	1989	1993	1997
Minerais não metálicos	100,0	250,7	208,3	100,0	119,4	103,5	127,3
Metalúrgica	100,0	238,6	227,0	100,0	114,2	100,7	118,2
Mecânica	100,0	305,3	230,7	100,0	121,8	96,5	106,0
Material elétrico e de comum.	100,0	326,1	306,3	100,0	121,0	106,6	152,4
Material de transporte	100,0	310,7	253,6	100,0	107,2	106,3	141,8
Papel e papelão	100,0	193,8	223,8	100,0	119,0	122,3	133,5
Borracha	100,0	265,3	258,5	100,0	117,9	121,5	132,7
Química	100,0	265,2	321,0	100,0	103,5	91,2	107,7
Farmacêutica	nd	nd	nd	100,0	113,0	99,3	118,0
Perfumaria, sabões e velas	nd	nd	nd	100,0	138,4	145,1	172,4
Produtos de matérias plásticas	nd	nd	nd	100,0	121,5	97,6	129,8
Têxtil	100,0	168,3	149,1	100,0	106,5	93,5	83,9
Vestuários e calçados	100,0	170,1	164,6	100,0	92,1	70,2	58,8
Produtos alimentares	100,0	171,3	183,0	100,0	106,0	112,3	132,5
Bebidas	100,0	229,7	217,4	100,0	139,7	152,8	188,5
Fumo	100,0	185,9	228,8	100,0	116,4	151,5	178,8
Ind. de transformação	100,0	235,9	228,6	100,0	111,6	102,3	119,1

Fonte: FIBGE, PIM-PF, 1985 a 1997.

Obs: Para 1997, dados médios anuais da PIM do período janeiro/novembro.

Na verdade, a desconcentração da produção corrente é consequência do fato de a indústria paulista e a do Rio de Janeiro crescerem a um ritmo inferior à média nacional, durante os anos de recuperação, e declinarem a taxas maiores, nos anos de recessão.¹³ Esse comportamento distinto da indústria de São Paulo é determinado por sua própria estrutura e pelo maior grau de encadeamento intersetorial que apresenta, o que a torna mais susceptível aos efeitos negativos da queda do investimento privado. Esse é um aspecto bastante importante porque, no contexto de baixo crescimento e de ausência de realocação de plantas industriais, as estatísticas correntes da produção física ou do valor adicionado tendem a reproduzir as flutuações do nível da atividade. A essas oscilações soma-se também o fato de que os poucos setores com acréscimo de capacidade produtiva estiveram majoritariamente localizados fora do Rio de Janeiro e de São Paulo, especialmente de sua metrópole.

Os índices do produto real do período de 1985 a 1993 indicam crescimento real de gêneros como papel e papelão, borracha, artigos de perfumaria, fumo, bebidas, e pequeno aumento de produtos alimentares. Os gêneros minerais não metálicos,

¹³ Exceção a esse comportamento é o melhor desempenho da Área Metropolitana de São Paulo nos anos de 1993 e 1994, como resultado do crescimento da indústria de material de transporte.

metalurgia, mecânica, material elétrico, material de transporte, farmacêutica e matérias plásticas têm índice praticamente igual ao de 1985, e há queda real da produção da química, da têxtil e de vestuário e calçados.¹⁴ Após 1993, há forte expansão da produção física dos gêneros material elétrico e de comunicações, material de transporte e matérias plásticas. A grande maioria dos demais gêneros apresenta aumento médio de 20% na produção, enquanto repetem-se índices negativos para têxtil e vestuário e calçados.

Feita essa ressalva, que é fundamental para distinguir o período 1970/1985 dos anos que se seguem, não há por que temer afirmar que continua ocorrendo desconcentração da produção corrente. Menor, sem dúvida, pelo baixo aumento da capacidade instalada, mas nem por isso há reconcentração da atividade produtiva. Essa desconcentração continuou representando reduções da participação de São Paulo (em função do menor peso da metrópole) e do Rio de Janeiro, como revela a tabela 1, e significou ganhos para Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, para o interior de São Paulo e para o que na tabela 1 se identifica como outras regiões brasileiras (Norte, Centro-Oeste e Espírito Santo).¹⁵ Assim, o interior de São Paulo, como nos quinze anos anteriores, ampliou sua participação no produto industrial do país, chegando, em 1997, a responder por 23,4% desse total, quando detinha apenas 14,6% da indústria nacional em 1970, e 22,5% em 1985.

Controvérsia, se há, deve-se à reconhecida precariedade dessas estatísticas que encadeiam a distribuição do VTI aferido pelo Censo Industrial de 1985 com a evolução da produção física, que deriva tanto do fato de estimar-se a participação das demais regiões pelo resíduo Brasil menos a soma dos percentuais dos estados cujas amostras têm representatividade na PIM/PF, quanto de uma provável desatualização do painel da PIM, em razão da ausência de censo industrial mais recente. Para corrigir essas *impropriedades*, seria preciso contar com informações censitárias atualizadas. O novo Censo Cadastro do IBGE deveria, a princípio, solucionar essa dificuldade. Contudo, atualmente estão disponíveis apenas informações referentes à coleta das unidades locais para variáveis como salários e remunerações ou para pessoal ocupado. Mesmo não sendo apropriado aferir a evolução do produto pelo emprego, basicamente porque o processo de reestruturação produtiva do iní-

¹⁴ A evolução dos índices da produção física dos gêneros têxtil e de vestuário e calçados, sobretudo *vis-à-vis* seu desempenho exportador até 1993, deixa dúvidas sobre eventuais substituições de insumos no processo produtivo que pudessem alterar de forma significativa a composição dos índices do produto real. O fato de a estrutura de ponderação da série encadeada para o período 1985 a 1997 estar baseada no Censo Industrial de 1985 pode gerar alguma distorção, acentuando a queda da produção corrente.

¹⁵ O aumento de participação relativa mais expressivo, pela tabela 1, é o do que se denomina *outras regiões*. Deve-se ter em vista, contudo, que esse *resíduo* é calculado a partir da diferença entre os índices de produto real do total Brasil e os índices regionais da PIM/PF, tendo por base a estrutura do VTI regionalizado de 1985. A afirmativa do texto, ainda que ancorada nos dados dessa tabela, só tem validade porque é respaldada por informações qualitativas da produção setorial das indústrias do Centro-Oeste, Norte e Espírito Santo.

cio dos anos 90 pode ter sido muito distinto de região a região e, portanto, as diferenças no nível da ocupação industrial podem não ser um bom indicador da produção ou do produto, ainda assim não há razão para não examinar esses números.

A tabela 4 mostra que a evolução do emprego na indústria de transformação entre 1970 e 1994 guarda grande semelhança com a evolução estimada do produto da tabela 1. No período 1970 a 1985 (ou 1980), a desconcentração tem o sentido de redução do peso de São Paulo e Rio de Janeiro e aumento da participação de praticamente todas as demais regiões, com exceção de Pernambuco. Entre 1985 e 1994, continua ocorrendo redução do peso relativo de São Paulo e Rio de Janeiro – agora em função de reduções mais acentuadas do emprego nessas localidades –; ganham, também em termos relativos, sobretudo Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, o Centro-Oeste e o Espírito Santo. A redução do peso do Nordeste está basicamente concentrada nos estados de Pernambuco e Bahia.

TABELA 4
Distribuição Regional do Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação
Brasil, Regiões e Unidades da Federação Seleccionadas
1970, 1975, 1980, 1985, 1994

Regiões	(Em porcentagem)				
	1970	1975	1980	1985	1994
Norte	1,5	1,7	2,5	2,5	2,4
Nordeste	10,0	9,7	10,3	10,7	9,7
Sudeste	70,2	67,4	66,6	64,6	62,5
Sul	16,7	18,9	18,7	20,0	22,6
Centro-Oeste	1,4	1,7	1,9	2,1	2,9
UF seleccionadas					
Pernambuco	3,3	3,0	2,7	2,7	2,6
Bahia	2,1	2,2	2,4	2,6	1,8
Espírito Santo	0,8	1,0	1,0	1,1	1,3
Minas Gerais	7,1	7,4	7,7	8,2	9,5
Rio de Janeiro	13,5	11,8	10,5	9,5	7,9
São Paulo	48,8	47,3	47,4	45,8	43,8
Paraná	4,2	4,6	4,5	4,6	5,8
Santa Catarina	4,3	4,8	5,2	5,4	6,6
Rio Grande do Sul	8,3	9,5	9,0	10,0	10,1
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Brasil (val. absolutos)	2 634 630	3 747 162	5 562 241	5 501 328	4 875 545

Fonte: IBGE, Censos Industriais de 1970, 1975, 1980, 1985 e Censo Cadastro de 1995.

Um exame mais detalhado da desconcentração ao fim dos 80 e início dos 90 exigiria uma série de análises setoriais que extrapola os propósitos deste texto. Ainda assim, é preciso explorar melhor certas disparidades do comportamento

setorial dos indicadores da produção física, para tentar identificar se há, como se aludiu, algum padrão de comportamento. Os resultados da tabela 5 trazem as taxas médias de crescimento anual dos principais gêneros da indústria de transformação entre 1985 e 1997, diferenciando três subperíodos: o de 1985 a 1989, o de 1989 a 1993, e o de 1993 a 1997. Os diferenciais de taxas entre as principais regiões e unidades da Federação podem ser sintetizados da seguinte forma:

(a) considerando-se todo o período (1985 a 1997), o menor crescimento médio de São Paulo, comparativamente ao total do país, é resultado de taxas menores de crescimento nos gêneros vestuário e calçados (nos quais a queda de São Paulo é bem mais acentuada que a média brasileira), material elétrico e de comunicações, mecânica, metalurgia, material de transporte e produtos alimentares. Apenas no segmento de bebidas, a média paulista é sensivelmente maior que o respectivo índice da produção nacional;

(b) no mesmo período, as taxas do Sul do país são iguais ou maiores que a média nacional em todos os gêneros, com exceção de bebidas e química;

(c) Minas Gerais também tem taxas superiores ou similares à média nacional na maioria dos gêneros; são exceções têxtil, vestuário e calçados, e bebidas;

(d) nesses mesmos doze anos, os índices do Nordeste são maiores que a média nacional apenas para química, metalurgia e material elétrico e de comunicações;

(e) considerando-se apenas o período pós-1993, observa-se comportamento bem menos nítido das tendências de concentração regional por setores. A indústria paulista tem índices superiores à média em quatro gêneros, inferiores à média em outros quatro, e similares em outros três; e

(f) o desempenho das demais regiões também revela um padrão menos evidente de desconcentração. No caso nordestino, chama atenção que apenas a metalurgia e a têxtil (queda menos acentuada que a média brasileira) apresentam taxas sensivelmente maiores que a média nacional.

Ou seja, há desconcentração no conjunto do período 1985 a 1997; mas, sobretudo, para o período pós-1993, é difícil identificar a partir dos dados da produção física alguma regularidade mais evidente de comportamento, inclusive no âmbito setorial, capaz de orientar a estruturação de um novo padrão locacional. Para tanto, ter-se-ia que analisar as tendências do investimento ou, mesmo com todas as dificuldades já indicadas, examinar a evolução do emprego industrial por gênero, na medida em que esse é um dos poucos indicadores que podem elucidar se há concentração ou desconcentração industrial.

TABELA 5
Taxa Média Real de Crescimento da Indústria de Transformação

Produção Física dos Principais Gêneros
Brasil: Unidades da Federação e Regiões Seleccionadas – 1985 a 1997

1985/1989	Brasil	Nordeste	Sul	São Paulo	Minas Gerais	Rio de Janeiro
Minerais não metálicos	4,5	1,2	5,9	4,5	1,7	5,8
Metalurgia	3,4	5,0	4,3	1,8	3,6	4,7
Mecânica	5,0	(x)	9,8	3,3	(x)	(x)
Mat. elétrico e comunic.	4,9	5,1	9,2	1,0	5,9	29,0
Mat. de transporte	1,7	(x)	6,6	1,3	4,6	-0,9
Papel e papelão	4,4	1,6	4,0	5,9	1,5	-3,4
Química	0,9	1,9	-0,4	0,4	1,5	3,1
Têxtil	1,6	-2,0	2,0	0,0	2,5	-3,3
Vestuário e calçado	-2,0	5,1	0,0	-5,0	1,9	-4,0
Prod. alimentares	1,5	-4,3	1,3	3,0	-0,3	2,0
Bebidas	8,7	7,4	3,6	10,3	12,6	13,5
1989/1993						
Minerais não metálicos	-3,5	-6,0	-2,5	-3,1	-3,8	-4,0
Metalurgia	-3,1	-0,1	-2,2	-4,5	-0,4	-0,2
Mecânica	-5,6	(x)	3,5	-7,5	(x)	(x)
Mat. elétrico e comunic.	-3,1	1,0	-4,0	-4,0	0,1	-14,7
Mat. de transporte	-0,2	(x)	-4,3	-0,5	12,1	-6,5
Papel e papelão	0,7	-0,8	1,0	1,0	-2,6	-6,6
Química	-3,1	0,6	-5,2	-2,7	0,3	-3,6
Têxtil	-3,2	-6,6	2,9	-4,2	-4,7	-8,0
Vestuário e calçado	-6,6	-11,4	-3,2	-8,4	-14,1	-7,8
Prod. alimentares	1,5	-1,7	5,7	-0,7	-3,7	-1,7
Bebidas	2,3	-0,1	2,1	8,5	-1,5	-4,3
1993/1997						
Minerais não metálicos	5,3	5,8	4,2	7,3	5,8	4,0
Metalurgia	4,1	7,2	7,8	4,3	3,8	1,3
Mecânica	2,4	(x)	3,7	1,1	(x)	(x)
Mat. elétrico e comunic.	9,3	7,1	13,9	6,7	12,1	0,0
Mat. de transporte	7,5	(x)	6,1	6,4	13,6	-20,7
Papel e papelão	2,2	-5,5	1,7	2,3	17,9	-1,6
Química	4,2	3,7	5,2	5,0	3,6	1,9
Têxtil	-2,7	-0,4	-0,1	-1,8	-6,6	-14,8
Vestuário e calçado	-4,3	-5,3	-3,9	-7,2	-7,6	-0,9
Prod. alimentares	4,2	3,5	3,0	3,4	10,4	-1,9
Bebidas	5,4	3,6	4,1	8,0	2,7	13,6

Fonte: FIBGE, PIM-PF, 1985 a 1997.

Obs: Taxas de evolução de material de transporte para região Sul entre 1985 e 1991 estimadas pela média ponderada das taxas do RS e do total BR; para 1997, dados médios anuais da PIM do período janeiro/novembro.

3 A DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA RECENTE: OS INDICADORES DO EMPREGO INDUSTRIAL

Neste tópico examina-se uma série do período de 1986 a 1996 da evolução do emprego industrial dos principais gêneros da indústria de transformação, utilizando-se dados encadeados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do CAGED, a partir dos registros administrativos do Ministério do Trabalho.¹⁶ Essas informações possibilitam avaliar as tendências recentes da atividade industrial para as diversas unidades da Federação, formando um panorama geral da natureza da desconcentração nesse período.

Como se sabe, a evolução setorial do emprego industrial nem sempre é o indicador mais apropriado para se aferir as tendências regionais da produção. A objeção mais evidente que se pode fazer ao uso desses dados decorre do intenso processo de reestruturação produtiva dos últimos anos, que implicou sensível queda do nível absoluto do emprego em vários gêneros, apesar de se verificar simultaneamente aumento da produção física e do valor adicionado. Além disso, nada garante que a intensidade desses processos tenha sido a mesma nos diversos estados do país, sendo muito mais provável uma reestruturação mais intensa nas áreas com maior densidade industrial. Com isso, a redução na participação do emprego em determinado gênero pode não representar obrigatoriamente menor produção relativa, mas identificar ganhos mais acentuados na produtividade do trabalho.¹⁷

A opção por utilizar esses dados assim mesmo é bem justificável. Em primeiro lugar, por ser um dos poucos mecanismos disponíveis para aferir a distribuição regional da atividade produtiva. Em segundo, e bem mais relevante que a mera disponibilidade, está a hipótese de que o ajuste realizado nas diferentes regiões não tenha sido tão desigual a ponto de invalidar o uso dos dados do emprego. Para tanto, corroboram algumas análises já realizadas do processo de reestruturação em regiões como o Norte e o Nordeste, a exemplo do ocorrido na Zona Franca de Manaus. Ademais, esse ajuste, mais do que problematizar o dado do emprego, problematiza, sim, o uso dos índices da produção física, que tendem a se distanciar do valor agregado à medida que aumenta, de forma significativa, o peso dos insumos, especialmente do componente importado. A evolução da produção física leva a superestimar o aumento do produto industrial, como mostra a evolução da eletroeletrônica em Manaus ou da produção automobilística em São Paulo. Se continuam existindo diferenciais de produtividade favoráveis às indústrias das

¹⁶ As participações relativas de cada ano são derivadas dos dados brutos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), até 1995. Para o ano de 1996, utilizaram-se os dados da RAIS de 1995, encadeados com os índices de crescimento do emprego fornecidos pelo CAGED.

¹⁷ Como se alerta na seqüência deste trabalho, os indicadores baseados na produção física podem estar superestimando o aumento da produtividade, pelo fato de o valor adicionado poder não apresentar crescimento tão expressivo quanto a produção física.

áreas mais desenvolvidas, há que se ter em conta que, para invalidar o uso dos indicadores de emprego, seria preciso supor alterações substanciais, em termos de sua diferenciação regional, no salário médio e na relação salário/valor agregado — hipóteses que têm sido descartadas pelos analistas que acompanham o debate recente acerca da evolução da produtividade da indústria brasileira.

O que dizem afinal os indicadores de emprego? Em termos agregados, reproduzem a afirmativa já feita de evolução do pessoal ocupado no Censo Cadastro da Fundação IBGE, como seria de se esperar, uma vez que essa estatística, mesmo atualizada por trabalho de campo específico, apóia-se nos registros administrativos do Ministério do Trabalho. Ou seja, há desconcentração em razão da queda mais acentuada do emprego em São Paulo e no Rio de Janeiro. A tabela 6 ainda permite indicarem-se algumas outras conclusões:

(a) considerando-se todo o período (1986 a 1996), perdem participação no emprego industrial São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Amazonas;

(b) como contrapartida, ganham os estados de Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, o conjunto do Nordeste, com exceção de Pernambuco e Bahia (especialmente o Ceará), o Centro-Oeste (especialmente Goiás) e Santa Catarina;

(c) para o período mais recente (1993 a 1996), essas tendências, *grosso modo*, mantêm-se, com exceção do fato de que a indústria do Amazonas ganha participação no emprego (em vez de perder), enquanto o Rio Grande do Sul perde (em vez de ganhar);¹⁸ e

(d) a redução do peso de São Paulo e Rio de Janeiro nos dez anos da série é bem significativa (6,5 pontos percentuais no total do emprego industrial do país). É da mesma ordem de grandeza da redução da participação desses estados no emprego industrial que se verificou entre 1970 e 1985, ainda que este fosse um processo bem distinto, na medida em que ocorria em paralelo ao aumento da ocupação.

¹⁸ Isso é resultado da natureza da estrutura produtiva das duas regiões. No primeiro caso, o maior peso da eletroeletrônica fez recair o peso do ajuste no período 1990-93, seguindo-se forte recuperação, que todavia não repõe o estoque original do emprego. No segundo caso (Rio Grande do Sul), os impactos da abertura comercial e da apreciação do câmbio são mais acentuados sobre a indústria mecânica e de calçados no período pós-1993.

TABELA 6
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Total da Indústria de Transformação

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	46,7	45,7	43,9	41,9
RS	9,4	9,3	10,4	10,1
MG	8,1	8,5	9,1	9,6
RJ	10,0	9,6	8,6	8,3
SC	5,6	5,8	6,4	6,2
PR	4,5	4,8	5,7	6,1
Nordeste*	3,2	3,5	3,4	3,7
PE	3,3	3,6	2,9	2,7
CE	1,6	1,7	1,9	2,2
BA	2,0	1,9	1,9	2,0
GO	0,9	0,9	1,2	1,5
Centro-Oeste**	0,9	1,0	1,2	1,5
ES	1,3	1,1	1,2	1,4
PA	1,0	1,0	1,1	1,1
AM	1,3	1,4	0,9	1,1
Norte***	0,3	0,3	0,3	0,4

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: * Não inclui PE, CE e BA;

** Não inclui GO;

*** Não inclui PA e AM.

A avaliação dos números das tabelas 7 a 17 auxilia muito a compreensão do sentido dessa desconcentração do emprego. É possível identificar alguns padrões setoriais para o comportamento do emprego. Em primeiro lugar, há desconcentração relativamente ampla em segmentos como calçados, têxtil e, em menor grau, na indústria alimentar e de bebidas. Em segundo lugar, há um padrão de desconcentração nitidamente limitado aos estados do Sudeste e Sul, a exemplo dos gêneros de material de transporte, mecânica, minerais não metálicos e, em menores dimensões, na metalurgia e material elétrico e de comunicações. Há gêneros em que essas mudanças na distribuição regional são pequenas, como exemplificam indústria química, papel e papelão e, em certa medida, a extrativa mineral, que já era um segmento relativamente desconcentrado.

As tabelas 7, 8 e 9 trazem a distribuição dos gêneros calçados, têxtil e alimentos e bebidas. Nesses três casos, assiste-se a uma desconcentração relativamente ampla do emprego, com fortes quedas em São Paulo e aumentos da participação de vários outros estados. No caso de calçados, vale destacar o aumento da participação do Ceará e da Paraíba, bem como o aumento relativo do percentual do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, Paraná e dos demais estados do Nordeste. Na têxtil, a forte queda de São Paulo e Rio de Janeiro é compensada pelo aumento das participações de Santa Catarina, Paraná, Ceará, Minas Gerais, Paraíba e dos demais estados nordestinos (exceção para PE e BA). Por fim, o exemplo da indústria

de alimentos e bebidas revela aumentos de participação de Goiás, Paraná, Bahia, Ceará, do restante do Nordeste (exceção novamente para PE) e do Centro-Oeste, com participação estável para São Paulo, em que foram elevados os investimentos na indústria de bebidas, como revelam os índices da produção física.

TABELA 7
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gênero Calçados

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
RS	51,0	55,3	56,9	54,4
SP	30,2	27,8	25,4	22,0
MG	7,4	6,8	6,9	8,9
CE	0,7	0,5	1,4	3,5
PB	0,3	0,4	2,1	2,6
Nordeste*	1,9	1,8	1,4	2,2
SC	4,3	3,3	2,6	2,1
RJ	2,0	2,3	1,5	1,9
PR	0,6	0,6	0,7	1,1
Centro-Oeste	0,7	0,5	0,5	0,5
Norte	0,0	0,0	0,0	0,2

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Nota: * Não inclui CE e PB.

TABELA 8
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gênero Têxtil

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	47,3	45,2	42,9	40,2
SC	9,5	9,9	12,0	11,6
MG	9,5	9,8	10,0	10,7
RJ	11,5	10,8	10,1	9,9
PR	2,3	3,1	4,5	5,1
CE	3,9	4,3	4,6	5,0
RS	4,4	4,0	3,8	4,1
PE	3,1	3,5	3,0	2,5
Nordeste*	1,6	2,1	2,2	2,1
RN	1,8	2,2	1,4	1,8
ES	0,9	1,0	1,3	1,8
GO	0,9	1,0	1,3	1,7
PB	0,9	1,1	1,1	1,2
BA	1,1	1,1	1,1	1,1
Norte	1,0	0,7	0,6	0,7
Centro-Oeste**	0,2	0,2	0,3	0,6

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: *Não inclui CE, PE, RN, PB e BA.

**Não inclui GO.

TABELA 9
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986-1996
Gênero Alimentos e Bebidas

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	30,7	28,9	31,0	30,7
MG	7,1	7,4	8,3	8,6
PE	12,3	12,9	9,0	7,9
RS	9,1	8,7	8,4	7,8
PR	5,8	6,2	7,1	7,8
RJ	7,9	7,7	6,8	6,3
Nordeste*	4,3	4,8	4,6	5,0
SC	4,6	4,3	4,6	4,8
AL	5,3	5,4	4,6	4,1
GO	2,1	2,2	2,7	3,5
BA	2,5	2,5	2,9	3,1
CE	2,6	2,9	2,8	3,1
Centro-Oeste**	1,6	2,0	2,8	3,1
Norte	2,5	2,6	2,5	2,5

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: * Não inclui PE, AL, BA, e CE.

** Não inclui GO.

As tabelas 10 a 14 trazem os percentuais da participação no emprego de gêneros em que a desconcentração que se verifica é bem mais restrita, em geral circunscrita a Sul e Sudeste. Em material de transporte, as quedas de São Paulo e Rio de Janeiro são compensadas por aumentos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Praticamente o mesmo ocorre com o gênero mecânica, em que também se verifica queda da participação do Rio Grande do Sul. Em minerais não metálicos, além desse comportamento, há igualmente aumento do Espírito Santo. Na metalurgia, a redução relativa de São Paulo é acompanhada de pequenas quedas nos índices de Minas Gerais e Espírito Santo, com aumentos no Rio de Janeiro, nos estados do Sul e no Norte do país. Em material elétrico e de comunicações, há queda em São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, com aumentos relativos em Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

TABELA 10
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gênero Material de Transporte

(Em porcentagem)

UF	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	76,1	74,9	73,3	70,4
MG	4,6	5,8	7,9	10,0
RS	4,5	4,9	6,4	6,9
RJ	9,0	8,6	5,9	4,2
PR	1,7	2,0	2,5	3,1
SC	1,1	1,1	1,7	2,2
Norte	1,3	1,3	1,0	1,5
ES	0,1	0,1	0,1	0,7
Nordeste	1,2	1,0	1,0	0,6
Centro-Oeste	0,3	0,2	0,3	0,5

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

TABELA 11
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gênero Mecânica

(Em porcentagem)

UF	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	60,5	60,9	58,0	54,0
RS	12,7	11,1	12,1	12,4
SC	5,8	6,7	8,3	9,0
PR	4,2	4,9	6,3	6,8
MG	4,7	4,9	5,0	6,3
RJ	6,8	6,7	5,1	5,1
Nordeste*	2,2	2,1	1,9	2,4
BA	1,4	0,8	1,3	1,4
Norte	1,1	1,2	1,1	1,3
AM	1,0	1,1	0,9	1,2
Centro-Oeste	0,4	0,3	0,5	0,9

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Nota:* Não inclui BA.

TABELA 12
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gênero Minerais não Metálicos

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	35,3	35,3	36,1	34,4
MG	11,5	11,5	13,7	13,7
RJ	15,6	14,6	9,8	9,4
SC	7,4	9,0	7,9	7,8
PR	5,8	6,1	7,0	7,3
RS	4,4	4,1	5,0	5,0
Nordeste*	4,3	3,8	3,8	4,6
ES	2,3	2,6	3,6	3,7
PE	3,1	2,8	3,3	3,5
BA	3,0	2,8	2,8	2,9
CE	1,8	1,9	2,1	2,1
GO	1,8	1,6	1,7	2,1
Centro-Oeste**	1,5	1,5	1,7	1,9
Norte	2,2	2,4	1,5	1,6
RN	0,8	0,9	0,7	1,0

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: * Não inclui BA, PE e CE.

** Não inclui GO.

TABELA 13
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gênero Metalurgia

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	51,0	51,0	47,0	46,7
MG	17,4	18,0	18,3	16,8
RS	8,7	8,9	10,0	10,2
RJ	7,6	6,9	10,1	10,0
SC	3,7	3,9	4,2	4,2
PR	2,2	2,2	2,6	3,0
ES	1,9	1,8	1,3	1,7
Norte	0,9	1,1	1,2	1,4
BA	2,0	1,5	1,2	1,3
GO	0,8	0,8	0,8	1,2
CE	1,0	1,0	1,1	1,1
PE	1,5	1,3	1,1	1,1
Nordeste*	1,0	1,3	0,6	0,7
Centro-Oeste**	0,4	0,4	0,6	0,7

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: * Não inclui BA, PE e CE

** Não inclui GO.

TABELA 14
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gênero Material Elétrico e de Comunicações

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	66,9	65,4	63,8	61,2
AM	10,3	11,2	7,3	9,3
MG	2,7	3,0	5,7	6,1
RJ	7,2	6,4	6,4	6,0
PR	3,2	3,3	4,4	4,8
RS	3,6	3,8	4,9	4,7
PE	1,6	2,0	1,6	2,5
SC	2,8	3,1	3,4	1,8
Nordeste*	0,7	0,7	0,8	1,0
CE	0,4	0,4	0,6	0,9
Centro-Oeste	0,4	0,5	0,5	0,9
Norte**	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: * Não inclui PE e CE.

** Não inclui AM.

As tabelas 15 a 17, por sua vez, são exemplos de atividades industriais em que praticamente não há desconcentração da produção, como é evidente na química, em que as mudanças relativas restringem-se a uma queda do Rio de Janeiro compensada por aumento da participação de Minas Gerais, em conjunto com pequenas variações relativas no Sul e Nordeste. No caso de papel e celulose, as reduções de pesos de Rio de Janeiro e São Paulo são a contrapartida do aumento de Paraná e Minas Gerais. Por fim, na extrativa mineral, assiste-se a um aumento da reduzida participação de São Paulo e do peso de Sergipe e do Rio de Janeiro, em função da menor participação do Norte e dos demais estados do Sudeste.

TABELA 15
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/ 1996
Gênero Indústria Química

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	54,8	54,2	55,0	53,5
RJ	15,5	15,8	13,2	12,2
RS	5,9	6,0	6,8	6,3
MG	3,7	3,7	4,5	6,0
PR	4,3	3,8	4,5	4,8
SC	3,2	3,4	3,9	4,1
BA	4,8	5,3	4,1	3,9
Nordeste*	1,6	1,8	1,9	2,1
PE	2,6	2,4	2,1	2,0
Norte	1,2	1,2	1,0	1,4
CE	1,2	1,1	1,1	1,3
GO	0,3	0,5	0,9	1,2
Centro-Oeste**	0,6	0,5	0,6	0,8

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: ** Não inclui BA, PE e CE.

*** Não inclui GO.

TABELA 16
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gêneros Papel, Papelão, Editorial e Gráfica

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
SP	49,1	48,2	47,2	46,7
RJ	15,4	14,3	14,6	13,7
PR	6,4	7,4	7,9	7,6
MG	4,7	5,0	5,1	6,9
RS	6,8	6,6	6,3	5,7
SC	4,7	5,1	5,4	5,3
BA	2,4	2,1	2,3	2,4
Nordeste*	1,9	2,0	2,2	2,3
Centro-Oeste**	1,9	1,8	1,5	1,9
CE	1,2	1,3	1,4	1,6
PE	2,4	2,8	2,2	1,6
ES	1,1	1,1	1,3	1,5
GO	0,9	1,0	1,1	1,4
Norte	1,2	1,4	1,3	1,3

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: * Não inclui BA, PE e CE.

** Não inclui GO.

TABELA 17
Distribuição Regional do Emprego Industrial
Principais Regiões e Unidades da Federação — 1986/1996
Gênero Extrativa Mineral

UF	(Em porcentagem)			
	1986	1989	1993	1996
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
MG	27,1	30,5	27,8	25,9
SP	9,8	11,9	12,2	14,6
RJ	11,3	13,3	12,8	13,4
ES	9,1	4,3	5,5	5,8
BA	6,4	3,8	5,5	4,9
PR	3,7	4,0	4,1	4,4
PA	3,9	4,8	4,2	4,2
RS	4,3	3,6	4,6	4,2
SC	8,8	6,9	4,9	4,1
SE	0,3	0,9	4,0	3,7
GO	2,7	2,7	3,0	2,9
Nordeste*	2,8	73,3	2,7	2,9
Centro-Oeste**	1,9	2,1	2,5	2,6
Norte***	4,6	4,1	2,5	2,5
RN	2,1	2,4	2,0	1,9
CE	1,1	1,4	1,7	1,9

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS e CAGED.

Notas: * Não inclui BA, SE, RN e CE.

** Não inclui GO.

*** Não inclui PA.

O que esses números sugerem é um certo padrão de desconcentração de atividades, que se restringe ao Sudeste e Sul na maior parte do complexo metal-mecânico, estende-se para o Nordeste, em segmentos como têxtil e calçados, e é relativamente bem mais restrito em alguns gêneros como química. As hipóteses centrais deste texto são de que as determinações locais diferenciam-se segundo esses macrossetores: custos salariais para alguns gêneros intensivos em mão-de-obra; externalidades e economias de aglomerações, em alguns casos; proximidade com mercados e fornecedores, em outros; enquanto em alguns setores não há sinais de desconcentração, até porque o aumento da capacidade instalada deverá verificar-se nos *sites* já existentes, como é o caso da petroquímica e da siderurgia, em que os novos investimentos só marginalmente podem alterar a configuração espacial do setor. Além disso, há que ressaltar, por informações indiretas, que se assiste a reconcentração em segmentos como equipamentos para telefonia e a indústria de informática.¹⁹

¹⁹ A média do gênero material elétrico e de comunicações não sinaliza para essa reconcentração, porque reflete melhor o comportamento da eletrônica de consumo.

4 A TENDÊNCIA DOS NOVOS INVESTIMENTOS

Os processos descritos podem vir a indicar novo padrão locacional para a indústria brasileira. Ainda assim, por mais que os resultados da análise dos dados de emprego sejam nítidos, há dificuldade em se assegurar que esses movimentos constituam efetivamente tendência para os próximos anos. A especificidade do período (abertura, recessão e estabilização) e o baixo volume do investimento sugerem alguma cautela. É importante, portanto, aferir, de algum modo, se esses dados são ratificados pelas decisões mais recentes acerca da localização da atividade produtiva.

A divulgação do levantamento das intenções de investimento realizado pelo Ministério de Indústria e Comércio proporciona um meio para investigar se o padrão identificado no capítulo anterior poderá ou não se consolidar. As tabelas 18 e 19 trazem uma síntese da base de dados sobre os novos investimentos, elaborada a partir de informações de empresas, de associações de classe, dos governos estaduais, das agências federais de incentivo e fomento, bem como da imprensa especializada.

TABELA 18
Número de Empresas com Intenção de Investimento
segundo Localização da Unidade Produtiva
Indústria Extrativa Mineral e de Transformação

Atividade Principal	Região/Unidade da Federação Selecionada																				
	NO	NE	SE	SU	CO	AM	PA	CE	PE	PB	BA	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS	GO	ND*	BR
Extrativa mineral	1	2	12	0	1	0	1	0	0	1	1	2	7	2	1	0	0	0	1	1	17
Autopeças	1	2	35	5	0	1	0	1	0	1	0	0	13	0	22	1	0	4	0	33	76
Bebidas	0	8	9	1	0	0	0	1	0	1	4	0	2	5	2	0	1	0	0	5	23
Calçados e artef. de couro	0	10	0	0	0	0	0	3	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	11
Editorial e gráfica	0	3	4	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	7
Eletrodomésticos	0	1	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	5
Fumo	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3	0	0	5
Informática	2	2	5	0	0	2	0	0	0	0	2	2	0	0	3	0	0	0	0	0	9
Instrumentos hospitalares	1	4	2	1	0	1	0	0	1	2	1	0	0	0	2	0	1	0	0	0	8
Máquinas e equipamentos	0	4	7	2	0	0	0	2	0	0	2	0	2	1	4	0	2	0	0	0	13
Mat. de transporte	2	1	2	0	1	2	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	7	13
Mat. elétrico	0	3	1	1	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	5
Mat. eletrônico e comun.	3	1	12	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	3	9	0	0	0	0	2	18
Mat. plástico e borracha	0	12	7	2	0	0	0	0	5	3	2	0	1	0	6	0	2	0	0	2	23
Metalúrgica	2	17	30	1	0	0	2	3	3	1	2	1	14	7	8	0	0	1	0	2	52
Minerais não metálicos	1	26	13	2	0	1	0	4	6	4	6	0	4	3	6	0	2	0	0	2	44
Móveis e indústrias diversas	0	4	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Papel e celulose	5	15	16	9	0	1	2	2	0	1	8	1	4	0	11	5	3	1	0	0	45
Produtos alimentícios	1	18	30	6	8	0	1	1	2	0	10	1	14	2	13	3	3	0	7	15	78
Produtos de madeira	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	4
Produtos químicos	1	45	68	11	0	1	0	3	7	0	29	0	5	15	48	0	1	10	0	13	138
Produtos têxteis	0	52	17	0	2	0	0	17	10	11	3	0	10	1	6	0	0	0	2	1	72
Reciclagem	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Tratores e máq. agrícolas	0	0	5	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	0	1	1	6	14
Veículos automotores	0	0	9	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	6	2	0	0	0	7	18
Vestuário	0	8	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Total	20	240	293	48	13	12	6	40	43	33	70	7	82	45	159	13	15	20	12	99	713

Fonte: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Secretaria de Política Industrial, Brasil: Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento.
Nota: * Não declara a unidade da Federação de implantação.

TABELA 19
Distribuição Regional do Valor Total dos Novos Investimentos
segundo Localização da Unidade Produtiva
Indústria Extrativa Mineral e de Transformação – Intenções de Investimento

(Em porcentagem)

Atividade Principal	Região/Unidade da Federação Seleccionada																				
	NO	NE	SE	SU	CO	AM	PA	CE	PE	PB	BA	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS	GO	ND*	BR
Extrativa mineral	2,0	0,3	97,2	0,0	0,4	0,0	2,0	0,0	0,0	0,1	0,2	7,0	14,1	76,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,4	0,1	100,0
Autopeças	0,5	0,9	57,1	5,4	0,0	0,5	0,0	0,4	0,0	0,4	0,0	0,0	11,8	0,0	45,3	1,7	0,0	3,7	0,0	36,2	100,0
Bebidas	0,0	8,6	11,6	3,5	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,3	4,0	0,0	0,3	9,9	1,4	0,0	3,5	0,0	0,0	76,3	100,0
Calçados e artef. de couro	0,0	94,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	40,4	4,0	30,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	100,0
Editorial e gráfica	0,0	18,4	81,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,0	0,0	0,0	11,0	57,4	13,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Eletrodomésticos	0,0	12,3	49,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	49,6	0,0	0,0	0,0	0,0	38,1	100,0
Fumo	0,0	0,0	64,1	35,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,6	41,5	0,0	0,0	0,0	35,9	0,0	0,0	100,0
Informática	1,3	1,1	97,5	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	40,8	0,0	0,0	56,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Instrumentos hospitalares	10,0	25,5	57,7	6,8	0,0	10,0	0,0	0,0	5,8	14,3	5,4	0,0	0,0	57,7	0,0	6,8	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Máquinas e equipamentos	0,0	16,0	52,3	31,7	0,0	0,0	0,0	8,3	0,0	0,0	7,7	0,0	5,4	2,1	44,9	0,0	31,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Mat. de transporte	19,4	3,6	13,4	0,0	2,9	19,4	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	13,4	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	60,8	100,0
Mat. elétrico	0,0	60,1	12,5	27,4	0,0	0,0	0,0	0,0	50,1	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	27,4	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Mat. eletrônico e comun.	38,7	1,9	58,3	0,0	0,0	38,7	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	9,7	48,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	100,0
Mat. plástico e borracha	0,0	22,3	32,9	10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	8,4	5,5	4,0	0,0	1,3	0,0	31,6	0,0	10,9	0,0	0,0	34,0	100,0
Metalúrgica	21,5	6,2	65,5	0,4	0,0	0,0	21,5	0,6	2,5	0,2	1,1	0,9	30,2	14,6	19,7	0,0	0,0	0,4	0,0	6,5	100,0
Minerais não metálicos	0,8	32,4	40,9	4,6	0,0	0,8	0,0	2,3	5,3	3,0	12,5	0,0	4,8	4,6	31,5	0,0	4,6	0,0	0,0	21,3	100,0
Móveis e indústrias diversas	0,0	68,4	31,6	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	5,3	0,0	0,0	0,0	31,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Papel e celulose	14,4	40,7	24,0	20,9	0,0	0,1	1,7	0,3	0,0	0,4	28,2	2,7	7,8	0,0	13,5	11,2	2,5	7,2	0,0	0,0	100,0
Produtos alimentícios	0,3	10,7	45,1	3,8	6,5	0,0	0,3	0,7	0,7	0,0	7,5	0,8	19,2	2,8	22,3	1,5	2,3	0,0	6,2	33,6	100,0
Produtos de madeira	0,0	16,7	34,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	34,3	0,0	0,0	0,0	0,0	49,0	100,0
Produtos químicos	0,2	18,0	48,9	11,9	0,0	0,2	0,0	0,4	1,6	0,0	15,3	0,0	3,5	13,3	32,1	0,0	0,2	11,7	0,0	21,0	100,0
Produtos têxteis	0,0	68,8	29,3	0,0	0,7	0,0	0,0	20,1	10,5	22,8	1,4	0,0	15,1	0,7	13,5	0,0	0,0	0,0	0,7	1,2	100,0
Reciclagem	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Tratores e máq. agrícolas	0,0	0,0	47,2	16,4	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	47,2	10,1	0,0	6,3	1,8	34,6	100,0
Veículos automotores	0,0	0,0	58,0	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,5	0,0	43,5	11,0	0,0	0,0	0,0	31,0	100,0
Vestuário	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,8	28,4	19,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	5,6	14,9	51,6	7,4	0,5	1,3	2,9	1,4	1,6	1,3	7,4	2,2	10,9	15,4	23,0	2,5	1,3	3,6	0,5	20,1	100,0

Fonte: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Secretaria de Política Industrial, Brasil: Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento.
 Nota: * Não declara a unidade da Federação de implantação.

Reconhecidamente, essa é uma informação problemática, na medida em que reúne tanto decisões firmes de investimento quanto intenções (projetos) e oportunidades (estudo), muitas das quais sujeitas a revisões em função de alterações no quadro macroeconômico ou em razão de mudanças em seus mercados específicos.²⁰ Nesse sentido, a forte reversão de expectativas associada às repercussões da crise asiática, que deixa bem mais evidente a fragilidade externa da economia brasileira, é um elemento que deve ter contribuído para *desatualizar* o levantamento de intenções de investimento do MICT.

²⁰ Para efeitos deste trabalho, as informações do MICT foram retrabalhadas para se restringir a análise apenas às intenções e decisões de investimento, deixando de lado o que se identifica no estudo como oportunidades.

Ainda assim, essa é uma informação crucial para indicar mudanças mais significativas para os próximos anos, na medida em que sinaliza quais seriam as localizações desejadas para novos investimentos, se fossem implementados. O quadro retratado pelas tabelas reafirma a tendência para a desconcentração: das 614 intenções identificadas, 293 estariam no Sudeste, e 159, em São Paulo; em termos de valores, dois terços desses investimentos estariam alocados no Sudeste, com menos de 30% para São Paulo. Há sobretudo a sinalização de perda da participação de São Paulo no produto industrial para outros estados do Sudeste. Em termos setoriais, alguns resultados chamam bastante atenção:

(a) embora com montante reduzido, os investimentos para calçados, vestuário e têxtil estão fortemente concentrados no Nordeste, em especial em Ceará e Paraíba;

(b) é também elevada a concentração de investimentos no Nordeste nos casos de material elétrico, móveis, papel e celulose, instrumentos hospitalares e material plástico;

(c) nos segmentos mais relevantes da metal-mecânica, verifica-se forte concentração no Sul e Sudeste, como em máquinas e equipamentos, autopeças e veículos automotivos;

(d) em eletrônica e material de comunicações, há grande concentração de investimentos em Manaus e em São Paulo, enquanto em informática praticamente todas as intenções estão distribuídas entre São Paulo e Espírito Santo; e

(e) em setores como química, os investimentos distribuem-se em função dos pólos petroquímicos já existentes – Sudeste, Nordeste (Bahia) e Sul.

Uma listagem simples dos setores com percentuais elevados de investimentos em alguma região — sem levar em conta os investimentos não regionalizáveis, da forma como está estruturada a tabela 20 e deixando de lado os setores com baixos valores absolutos de investimento (menos de R\$ 1 bilhão, tal como se acha ordenado na tabela 21) — dá idéia mais nítida do que seria essa nova tendência locacional. Assim, ordenando-se pelo grau de concentração em cada região, temos o seguinte perfil regional e setorial para os investimentos:

(a) em São Paulo: autopeças (70,9%), veículos automotores (63,0%), informática (56,8%), material elétrico e de comunicações (49,1%), produtos químicos (40,6%) e minerais não metálicos (40,0%);

(b) no Sudeste menos São Paulo: extrativa mineral (97,2%), fumo (64,1%), metalúrgica (48,9%), bebidas (43,0%), informática (40,8%), produtos alimentares (34,3%), produtos químicos (21,3%), veículos automotores (21,0%), autopeças (18,5%), produtos têxteis (16,0%);

(c) no Sul: fumo (35,9%), máquinas e equipamentos (31,7%, mas com valores absolutos relativamente menores), papel e celulose (20,9%), veículos automotores (15,9%), produtos químicos (15,1%), bebidas (14,8%); e

(d) no Nordeste: vestuário e calçados (com 100,0%, embora sejam investimentos de valores absolutos relativamente reduzidos), produtos têxteis (69,6%), minerais não metálicos (41,2%), papel e celulose (40,7%), bebidas (36,3%), produtos químicos (22,8%) e produtos alimentícios (16,1%);

(e) no Norte: material eletrônico e de comunicação (39,1%), metalúrgica (23,0%) e papel e celulose (14,4%); e

(i) no Centro-Oeste: produtos alimentares (9,8%).

TABELA 20
Distribuição Regional do Valor dos Novos Investimentos
Estado de São Paulo e Macrorregiões

Atividade Principal	(Em porcentagem)						
	NO	NE	SP	SE-SP	SU	CO	BR
Mat. eletrônico e comum.	39,1	1,9	49,1	9,8	0,0	0,0	100,0
Metalúrgica	23,0	6,6	21,0	48,9	0,4	0,0	100,0
Mat. de transporte	49,4	9,2	0,0	34,1	0,0	7,4	100,0
Papel e celulose	14,4	40,7	13,5	10,5	20,9	0,0	100,0
Instrumentos hospitalares	10,0	25,5	57,7	0,0	6,8	0,0	100,0
Total	7,0	18,6	28,8	35,8	9,3	0,6	100,0
Extrativa mineral	2,0	0,3	0,1	97,2	0,0	0,4	100,0
Informática	1,3	1,1	56,8	40,8	0,0	0,0	100,0
Minerais não metálicos	1,0	41,2	40,0	11,9	5,8	0,0	100,0
Autopeças	0,8	1,4	70,9	18,5	8,5	0,0	100,0
Produtos alimentícios	0,5	16,1	33,6	34,3	5,7	9,8	100,0
Produtos químicos	0,3	22,8	40,6	21,3	15,1	0,0	100,0
Tratores e máq. agrícolas	0,0	0,0	72,2	0,0	25,1	2,8	100,0
Produtos têxteis	0,0	69,6	13,7	16,0	0,0	0,7	100,0
Vestuário	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Calçados e artef. de couro	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Móveis e indústrias diversas	0,0	68,4	0,0	31,6	0,0	0,0	100,0
Mat. elétrico	0,0	60,1	0,0	12,5	27,4	0,0	100,0
Mat. plástico e borracha	0,0	33,7	47,8	2,0	16,5	0,0	100,0
Editorial e gráfica	0,0	18,4	13,2	68,4	0,0	0,0	100,0
Produtos de madeira	0,0	32,7	67,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Máquinas e equipamentos	0,0	16,0	44,9	7,4	31,7	0,0	100,0
Eletrodomésticos	0,0	19,9	80,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Bebidas	0,0	36,3	5,9	43,0	14,8	0,0	100,0
Fumo	0,0	0,0	0,0	64,1	35,9	0,0	100,0
Veículos automotores	0,0	0,0	63,0	21,0	15,9	0,0	100,0
Reciclagem	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Secretaria de Política Industrial, Brasil: Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento.

Obs.: Exclusivo os investimentos que não declaram a unidade da Federação de implantação.

TABELA 21
Novos Investimentos Segundo Setor de Atividade
Valores Absolutos e Percentuais Acumulados

Setor de atividade	Investimento (em R\$ milhões)	Percentual Acumulado (em porcentagem)
Produtos químicos	13 945,8	18,6
Extrativa mineral	10 936,6	33,2
Metalúrgica	10 349,4	47,0
Papel e celulose	9 503,2	59,7
Veículos automotores	6 755,1	68,7
Produtos alimentícios	3 650,7	73,5
Produtos têxteis	3 432,4	78,1
Minerais não metálicos	2 763,5	81,8
Material eletrônico e de comunicações	2 631,0	85,3
Informática	2 255,7	88,3
Bebidas	2 049,4	91,1
Autopeças	1 868,1	93,6
Fumo	1 239,6	95,2
Material plástico e borracha	778,0	96,2
Máquinas e equipamentos	584,9	97,0
Móveis e indústrias diversas	379,2	97,5
Tratores e máquinas agrícolas	372,3	98,0
Instrumentos hospitalares	292,9	98,4
Calçados e artefatos de couro	273,3	98,8
Editorial e gráfica	226,6	99,1
Eletrodomésticos	170,6	99,3
Vestuário	138,5	99,5
Material de transporte	137,4	99,7
Material elétrico	109,5	99,8
Produtos de madeira	104,2	100,0
Reciclagem	27,0	100,0
Total	74 974,9	

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, Secretaria de Política Industrial, Brasil: Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento.

Obs: Exclusive os investimentos que não declaram a unidade da Federação de implantação.

Parece claro que as intenções de investimento anunciadas corroboram a tipologia setorial anunciada antes: desconcentração em segmentos como calçados, têxtil, e, em menor grau, em indústria alimentar e de bebidas; desconcentração concentrada em metal-mecânica; forte concentração dos investimentos em telecomunicações e informática, bem como poucas mudanças na distribuição regional de gêneros como química e siderurgia pesada.

Há também que se chamar atenção para o perfil do investimento anunciado: ao lado de segmentos voltados para o mercado interno (automotivo, alimentos, têxtil, bebidas, etc.), cuja demanda foi potencializada pela estabilização, grande parte do aumento da capacidade instalada está voltada para bens intermediários (química, extrativa mineral, metalurgia, papel e celulose, minerais não metálicos). Parte da expansão da produção de duráveis de consumo deverá se orientar por um processo de desconcentração concentrada, em que a logística é fundamental, mas que também estará muito sujeito ao ritmo da guerra fiscal. Nos segmentos de bens de consumo leve, além dos problemas de custo de mão-de-obra, há que se ter em vista que a proximidade com os mercados finais ou matérias-primas ainda será importante em gêneros como bebidas ou alimentos. A ampliação da capacidade na produção de bens intermediários deve-se pautar por um reforço marginal da desconcentração, ainda que a siderurgia pesada e a química apenas ratifiquem as opções locacionais tomadas na segunda metade dos anos 70. Por fim, outro segmento importante em termos do volume de investimento é o de telecomunicações e informática. Nesse caso, a participação de São Paulo é ilustrativa de um perfil regionalmente muito concentrado dos investimentos.

5 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NOVOS DETERMINANTES DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Para os objetivos aqui colocados, convém associar as indicações empíricas levantadas pelas intenções de investimento com algumas observações mais gerais acerca do novo ambiente que caracteriza a reestruturação industrial. Para analisar o significado do rearranjo espacial da indústria brasileira nesse contexto, é importante não se ater apenas à mudança relativa da produção corrente, mas perceber que o ajuste que vem se realizando na empresa e nos principais mercados tem uma dimensão locacional. Apesar das inúmeras diferenças setoriais desse ajuste, vale a pena chamar atenção para alguns pontos comuns e que estão relacionados à natureza do ajuste praticado pelas empresas. Em particular, vale chamar atenção para os seguintes aspectos (Negri e Pacheco, 1993):

(a) em conjunturas de elevado investimento, a desconcentração industrial pode ser identificada em novas unidades produtivas;

(b) apenas em casos isolados a desconcentração assumiu a forma de traslado de plantas industriais, a exemplo do segmento de áudio e vídeo, que se deslocou para a Zona Franca de Manaus;

(c) a desconcentração relativa a partir do final dos anos 70 deve ser explicada no contexto do que, desde então, foi a *matriz setorial de investimentos* da econo-

mia brasileira: insumos básicos, bens intermediários, bens intensivos em recursos naturais, agropecuária, etc;

(d) ao lado dessa nova capacidade, a desconcentração foi também determinada pelo ajuste implementado pelas empresas a partir do final da década de 80 e início dos 90: reestruturação, ganhos de produtividade, aumento do conteúdo importado e importantes mudanças organizacionais no interior das empresas;

(e) a lógica de racionalizar as atividades desenvolvidas teve por resultado, no caso de empresas com várias unidades produtivas, rearranjar certas atividades, levando em consideração os diferenciais de custo, de logística e de qualificação de mão-de-obra dos sítios em que estava localizada cada planta;

(f) diante da inexistência de pressões de sucateamento das plantas já instaladas, a estratégia das empresas foi a de alterar o *mix* de produtos e de atividades (produtivas, de pesquisa e controle de qualidade, ou mesmo administrativas) que realizava em suas várias áreas de atuação; e

(g) como afirmávamos, referindo-se à Grande São Paulo, nesse tipo de ajuste “a redução ou eventualmente aumento do valor adicionado na empresa explica muito pouco do que efetivamente vem ocorrendo. Na verdade, trata-se muitas vezes de alterar de forma significativa o que é produzido e a forma como se produz” [Negri e Pacheco, *op.cit.*, p.44].

Ou seja, o ajuste que vem ocorrendo na Grande São Paulo, mas também em outras metrópoles, traz, em termos da localização espacial da atividade econômica, inúmeras conseqüências relevantes, em especial no caso de empresas que também contam com unidades fabris fora da metrópole. De maneira geral, a tendência é manter nas antigas áreas industriais exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico, ou que, por diversas razões, demandem mão-de-obra de maior qualificação. Isso, evidentemente, não descarta os prováveis efeitos negativos de uma reestruturação produtiva mais intensa sobre as metrópoles brasileiras, sobretudo a RM de São Paulo. Em qualquer alternativa, mas sobretudo se assistirmos a uma retomada do investimento, a Grande São Paulo irá continuar perdendo peso na produção industrial do país. Isso porque mesmo as empresas já instaladas na área metropolitana devem privilegiar inversões em outras regiões.²¹ O que se procura

²¹ Comentando a mudança da estrutura industrial da cidade de São Paulo, já tínhamos anotado: “As transformações das últimas décadas tiveram como resultado deslocar parcela do parque industrial mais moderno para a periferia da metrópole, ou mesmo para o interior do estado. As razões maiores desta ‘interiorização’ já foram apontadas. Mas, especificamente para a capital, é importante destacar tanto a questão ambiental, expressa no maior controle das agências governamentais, quanto a valorização, relativa escassez de terrenos adequados à expansão industrial e a permanente redefinição do uso do solo para outros fins.” [Araújo e Pacheco, 1992, p. 55/92]. Nesse mesmo sentido, a chamada *desmobilização* industrial na região do ABC ganhou impulso, após 1990, com a venda de imóveis situados em áreas urbanizadas para implantação de grandes equipamentos de comércio e serviços. Há vários exemplos ilustrativos, embora não

evidenciar aqui é que a perda de peso relativo da indústria metropolitana tem um sentido bem mais complexo do que o mero transplante da capacidade produtiva anteriormente instalada na Grande São Paulo, e está muito longe de qualquer processo de *desindustrialização*.²²

Assim, um balanço do sentido que adquiriu o conjunto dos movimentos espaciais da indústria brasileira na década de 80 e início dos anos 90 chama atenção para alguns poucos aspectos mais importantes e que dão sentido mais geral à análise.

Em primeiro lugar, é preciso evidenciar que os investimentos do final da década de 70 ainda repercutiram, no início dos anos 80, sobre as bases regionais da indústria brasileira e trouxeram consigo forte componente de desconcentração. Esse fato é especialmente válido para a indústria de bens intermediários herdada do II PND, do qual química e extrativa mineral são os melhores exemplos.

Em segundo lugar, o esforço exportador possibilitou alternativas localizadas de dinamismo econômico, que, apesar de incapazes de ancorar um novo padrão de crescimento para o conjunto da economia, foram extremamente importantes para algumas regiões, a exemplo dos investimentos em papel e celulose, extrativa mineral ou siderurgia, da qual os maiores beneficiários foram Espírito Santo, Pará e Maranhão.

Em terceiro lugar, ocorreu acirramento de as tendências das novas atividades industriais localizarem-se fora das áreas metropolitanas, fugindo das *deseconomias de aglomeração* próprias das grandes cidades (menor disponibilidade de terrenos, maiores custos de instalação e operação, etc.). É evidente que esse processo guarda forte sintonia com o perfil setorial do investimento que ocorreu na década de 80, de pequena monta e situado na maioria das vezes em setores intensivos em recursos naturais.²³

se caracterize qualquer *desindustrialização*. Ver os exemplos de desmobilizações dessa natureza em: *Gazeta Mercantil*, "Novo Perfil da Indústria Paulista", 26/12/94.

²² O mais ilustrativo exemplo das dificuldades de reciclagem da indústria metropolitana vem exatamente do seu principal complexo produtivo: o segmento metal-mecânico que gira em torno do automobilístico. Como indica Ferro (1990, p. 113 e ss.), o pólo automobilístico da Grande São Paulo é o mais antigo e importante do país: "As vantagens deste pólo são a proximidade do mercado consumidor, o suprimento de peças e componentes e a proximidade do porto de Santos (...). As suas desvantagens decorrem da idade das plantas, muito antigas e de difícil modernização dentro dos novos conceitos de administração da produção e mesmo de recursos humanos (...). Além disso, a excessiva concentração industrial (...) gerou problemas complexos na administração dos transportes, poluição, etc., dificultando sua expansão." É interessante observar a situação particularmente desvantajosa das unidades instaladas no município de São Paulo. De fato, restaram na capital paulista, além das de autopeças, as plantas mais antigas da Volkswagen (ex-Vemag) e da Ford (ex-Willys).

²³ Os dados censitários da indústria de transformação das metrópoles nacionais e respectivas unidades da Federação revelam que, com exceção de Curitiba e de Belém (cuja *metrópole* reúne apenas dois municípios), em todas as demais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Reci-

Em quarto lugar, a desconcentração recente passou a ser determinada também pelo impacto diferenciado da crise sobre as estruturas econômicas regionais, acentuando os aspectos mais problemáticos exatamente nas áreas mais industrializadas. Nessas, a produção corrente tendia sempre a cair mais rapidamente, em termos relativos, em função da dependência que manifestava para com a demanda intra-industrial. As chamadas *periferias*, sobretudo aquelas assentadas sobre a agroindústria e a indústria de bens intermediários, viam-se em melhor posição relativa, ou porque a produção primária tinha forte peso no seu produto total, ou porque sua indústria de bens intermediários conseguiu mais facilmente ampliar suas exportações.

Em quinto lugar, é importante observar que, à medida que os programas de investimento patrocinados pelo Estado vão maturando e não são substituídos por políticas ativas e, ao contrário, a privatização e a crise fiscal reduzem o grau de intervenção pública, a desconcentração industrial perde fôlego e abrangência. Isso é particularmente visível para a economia nordestina, que passa a ser cada vez menos beneficiária da desconcentração, que tem efeitos maiores no Sul, no próprio Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo) e no Centro-Oeste.

Por fim, é necessário ter em conta a dimensão do ajuste microeconômico da empresa industrial, que traz consigo uma série de impactos locais, que nem sempre são captados pelas estatísticas da produção corrente. Em especial, saliento dois aspectos: a tendência a reforçar a relação entre fornecedores e montadoras, e o rearranjo de mix de produto e linhas de produção nos segmentos multiplantas.

O resultado global foi uma sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro. Houve continuidade da desconcentração econômica da década anterior, ainda que de forma menos intensa, e foram a região metropolitana de São Paulo e o estado do Rio de Janeiro os que mais perderam peso na indústria. Em paralelo, essa trajetória mostrou crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias. Essa própria tendência locacional, sobretudo em São Paulo, tendeu a favorecer municípios de porte médio, dotados de infra-estrutura e próximos à malha de transportes, mas distantes dos problemas crônicos das grandes cidades.

Assim, ainda que o processo de desconcentração industrial do país continue sendo determinado por um conjunto muito amplo de condicionantes, e tenha uma dimensão nada desprezível de componentes tradicionais de custo e de incentivos, dentro de uma estrutura industrial que continuará a ter peso elevado em segmentos do *velho* complexo metal-mecânico-químico, é preciso estar atento para os novos

fe, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre), a evolução do VTI e do pessoal ocupado, entre 1980 e 1985, foi sempre mais favorável ao interior dos estados que à respectiva metrópole.

determinantes postos pelo avanço da reestruturação produtiva. De fato, como revela a experiência internacional, esses processos de reestruturação tendem a apresentar impactos negativos nada desprezíveis sobre espaços anteriormente industrializados. Se a tendência principal é de maior desigualdade, os poucos casos nos quais se assiste à redução dos desequilíbrios regionais têm sido muito mais decorrência de queda do nível de atividade de regiões prósperas do que do efetivo crescimento das áreas atrasadas. É o que os estudos da OCDE identificam como *negative regional re-balance*, fenômeno muito similar ao que se assiste hoje no Brasil, em que as *melhorias* nos desequilíbrios regionais são decorrência dos efeitos negativos da reestruturação e da abertura comercial nas áreas mais industrializadas, notadamente em São Paulo [OECD, 1994, p. 55].

As observações efetuadas anteriormente permitem formar um quadro geral da problemática locacional a que se sujeita hoje a economia brasileira. Essas tendências indicam certa continuidade da desconcentração em direção ao interior de São Paulo e principais estados do Sul e Sudeste do país, e até mesmo para o Nordeste, no caso de indústrias intensivas em mão-de-obra, mas com padrões muito diferenciados setorialmente.

O resultado global parece indicar continuidade da desconcentração e uma sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro; portanto, continuidade da desconcentração econômica, ainda que de forma menos intensa em função do menor investimento agregado, com perdas da região metropolitana de São Paulo e também do estado do Rio de Janeiro. Em paralelo, essa trajetória deve vir acompanhada de aumento da heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias.

REFERÊNCIA: BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Maria de Fátima I. e PACHECO, Carlos Américo. *A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80*. In: CANO, W. (coord.) *São Paulo no limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista – a reg. adm. da Grande São Paulo*. Governo do Estado de São Paulo – SPG/SEADE, 1992. v.6, p.55/92.
- CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.8, p.101-41, jun.1997.
- DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração, Nem Contínua Polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, v.3, n.1, p.35-64, set. 1993.
- DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco Aurélio. O Novo Mapa da Indústria Brasileira: Aglomerações Industriais Relevantes. *Nova Economia*, Belo Horizonte, Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, v.6, n.1, p.77-103, jul. 1996.
- FERRO, José Roberto. *Para sair da estagnação e diminuir o atraso tecnológico da indústria automobilística brasileira*.— Campinas: 1990. p.113 e ss. mimeo. Convênio IPT/FECAMP, NEIT/IE/UNICAMP.
- NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. UNICAMP, 1996.
- NEGRI, Barjas e PACHECO, Carlos Américo. *Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista*. Relatório da Pesquisa Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira, SCTDE/FECAMP/IE.— Campinas: UNICAMP, 1993. mimeo
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, IPEA,n.15, jun. 1997.
- OECD. *Industrial policies in OECD countries. Annual Review*, Paris, 1994, p.55.
- PACHECO, Carlos Américo. *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*.— Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. Tese de Doutorado.
-